

**MARIO SERGIO CORTELLA
RENATO JANINE RIBEIRO**

**POLÍTICA
Para não ser idiota**

O indivíduo e a sociedade: Política não é coisa de idiota

Mario Sergio Cortella – Sabe, Renato, ao pensar neste nosso encontro, eu me dei conta de que a ideia para esta conversa surgiu quando fiquei pensando no conceito de *idiota*.

Renato Janine Ribeiro – E você se lembrou de mim...

Cortella – Brincadeira à parte, lembrei sim, mas em razão de sua formação filosófica que possibilita uma reflexão particularmente interessante de como lidar com nosso tema. Esse termo aparece em comentários indignados, cada vez mais frequentes no Brasil, como “política é coisa de idiota”. O que podemos constatar é que acabou se invertendo o conceito original de idiota, pois a expressão *idiótes*, em grego, significa aquele que só vive a vida privada, que recusa a política, que diz não à política. No cotidiano, o que se fez foi um *seqüestro semântico*, uma inversão do que seria o sentido original de idiota. O que você pensa a respeito da retomada desse conceito como aquele que vive fechado dentro de si e só se interessa pela vida no âmbito pessoal? Sua expressão generalizada é: “Não me meto em política”. Como você vê essa postura?

Janine – Vejo uma coisa meio paradoxal hoje. Por um lado, gosto muito de nosso tempo porque estamos vivendo o período de maior liberdade de toda a história. Nunca antes, na história deste mundo, houve tanta liberdade política e pessoal. Metade da humanidade se expressa, se organiza, vota, tem a orientação sexual de seu agrado. Logo, dessa perspectiva, a política se expandiu muito. Tanto é assim que atualmente há certa convergência de conceituação entre política e democracia. Quando os teóricos definem uma ou outra, dizem que as duas passam pela fala, pela conversa, pelo diálogo. Elas se opõem às ditaduras porque nestas não há liberdade de expressão. Daqui a um tempo é possível que predomine a ideia de que não há política que não seja democrática, e então talvez não se ouça mais falar em política stalinista, em política ditatorial etc. Talvez se ache que uma “política ditatorial” é uma contradição... Esse é o aspecto *positivo* do mundo contemporâneo. Por outro lado, o negativo – ou, pelo menos, preocupante – é o desinteresse pela política, que você apontou. Quer dizer, ao mesmo tempo em que meia humanidade está se beneficiando de avanços democráticos, boa parte das pessoas está enojada pela descoberta ou pelo avanço da corrupção (aliás, é discutível se ela realmente aumentou ou apenas se tornou mais visível).

Cortella – De fato, mas elas se sentem assim em relação a um determinado modo de fazer política. Não corresponde à ideia mais abrangente de política. Você tocou num ponto que é a conexão entre liberdade, democracia e política. Vale lembrar que, para a própria sociedade grega – nossa mãe antiga, idosa, agora um pouco desprezada –, não haveria liberdade fora da política. Quer dizer, o idiota não é livre porque toma conta do próprio nariz, pois só é livre aquele que se envolve na vida pública, na vida coletiva.

Janine – Mas para nós, modernos, a liberdade pessoal é fundamental. Isso pressupõe uma sociedade muito mais diversificada do que a grega ou do que qualquer outra. Até 200 anos atrás, toda sociedade exigia de seus membros uma conformidade religiosa, e até uma conformidade alimentar, para subsistir – mesmo entre os gregos era assim. Já a nossa sociedade admite uma diversidade fabulosa: pode-se jantar no restaurante indiano sem ser hinduísta, ou no italiano sem ser católico-romano. Tais escolhas não implicam necessariamente uma postura social ou política. Esse avanço da vida pessoal, 10 que é o que você está falando do *idiótes*, realmente é entendido por nós como algo positivo, e nos melhores momentos conseguimos fazer com que haja convergência entre liberdade política e liberdade pessoal.

Cortella – Claro, a liberdade pessoal é necessária. O avanço da noção de indivíduo, desde a Renascença, foi decisivo para o desenvolvimento da sociedade como a conhecemos. Contudo, o individualismo se transformou em obsessão em vários momentos, o que é especialmente evidente na substituição do *indivíduo* pelo *individual* – entendido como exclusivo, e não como identidade. Até quando você evoca a possibilidade de eu ter minha orientação sexual, religiosa ou alimentar, existe aí uma determinação – para usar um termo antigo de **Marcuse** – da *indústria cultural*, da ideologia da sociedade industrial, que cria alguns padrões de comportamento. De fato, algumas pessoas (aquelas com mais condições econômicas ou mais autonomia intelectual) podem fazer escolhas mais livres. Eu posso ir a um restaurante indiano sem ser hinduísta ou indiano; posso frequentar um culto sem praticá-lo. Mas também sou constrangido – conscientemente ou não – a uma série de práticas que suponho serem minhas escolhas no mundo do consumo, da indústria cultural, mas que não são realmente minhas. Você considera que esse é um traço característico do moderno, isto é, de uma ideologia cujas plataformas são mais eficazes do que as de outros tempos?

Janine – Sim, no sentido de que já não é preciso matar pessoas, levá-las à fogueira ou ameaçá-las para conseguir que os comportamentos se ajustem ao que é socialmente desejável. Nesse quesito, acho que temos um misto de avanço e de recuo. Quer dizer, é ótimo que ninguém seja morto por divergir das correntes dominantes na política ou mesmo no comportamento, mas também é preocupante pensar que somos governados por determinações das quais mal temos consciência. Uma discussão interessante a esse respeito se levantou, quando se aprovou em São Paulo a lei limitando o uso do tabaco em público. Muita gente a questiona de uma forma marota, mas, na verdade, o que a lei proíbe é que o indivíduo terceirize a sua fumaça. Não se proíbe ninguém de fumar, mas de fazer o outro aspirar o seu fumo.

Cortella – A proibição visa evitar que não fumantes sejam constrangidos pelos fumantes.

Janine – Mas há gente que questiona: “A lei pode me impedir de fazer mal a mim? Pode determinar que eu não fume porque isso fará mal à minha saúde?”. Ora, sinto vontade de responder: “Mas quem disse que você escolheu *tão livremente* fumar? Quem disse que não houve uma propaganda maciça para levar você a escolher fumar (ou a escolher comida gostosa, escolher engordar)? Que liberdade

é essa?”. Você tem razão, Mario, quando afirma que somos alvo de *n* constrangimentos. Por isso, penso que a resposta ideal à sua primeira pergunta poderia ser: A política seria uma maneira de lançarmos luz sobre essas teias invisíveis que nos dominam e tentarmos controlá-las.

Cortella – A política é vista aí como convivência coletiva mesmo. Quando se poderia imaginar que o conjunto da sociedade aceitaria a interdição do uso do tabaco em determinados espaços? Ou mesmo a limitação do uso dos carros particulares em algumas cidades em dias e horários específicos, ou ainda de fazer ruído a partir de determinada hora, mesmo que moremos cada um em sua própria *domus*, ou seja, em sua casa? Mas a questão é que não temos *domus*, só temos *con*-domínios. Viver é *conviver*, seja na cidade, ainda que em casa ou prédio, seja no país, seja no planeta. A vida humana é *condomínio*. E só existe política como capacidade de *convivência* exatamente em razão do condomínio. Daí o indivíduo pergunta: “Mas e meu direito de sair com meu carro quando quiser, ou de fazer ruído até a hora que eu desejar?”. Outro dia, eu voltava de Campinas para São Paulo pela rodovia dos Bandeirantes, e na frente havia um caminhão baú, desses fechados e grandes, ostentando, na traseira, aquela frase obrigatória para algumas empresas: “Como estou dirigindo?”. Mas ele deu sequência à frase, assim: “Como estou dirigindo? Mal? Dane-se, o caminhão é meu”. Essa lógica “do caminhão é meu” significa “eu faço o que quero, sou livre”. Ora, esse exercício da liberdade como soberania é algo que se aproxima da ideia da *idiótes*. Não sou soberano. Entretanto o indivíduo afirma: “Eu sou soberano sobre mim mesmo”. Mas ser soberano sobre si mesmo não é política. Ou será que é?

Conviver: O mais político dos atos

Janine – Retomando sua questão, Mario, acho que alguns hoje entendem liberdade e direito como uma propriedade ou como um objeto de consumo. Por essa razão, o indivíduo reivindica o direito a fumar, a viver sua sexualidade, ou seja o que for, mas a partir de uma visão consumista. Como é dono do carro, pensa que o utiliza como quiser. Como tem o direito de votar, acha que se trata apenas de uma questão de consumo. Nos dois casos, tende a pensar que são direitos sem obrigações. Isso reduz muito o alcance do direito e da justiça, porque nas ideias de direito, justiça e liberdade está embutido, ainda que indiretamente, certo sentido de *dever*. Quando compro um produto, de fato tenho sobre ele o poder de usar e não usar, até de jogá-lo fora. Mas os direitos ligados à vida em sociedade estão ligados a obrigações. O indivíduo não pode ter direitos se não cumprir certos deveres. Tanto isso é verdade que pode perder o direito à liberdade de movimento – e, em algumas sociedades, até o direito à própria vida –, dependendo do crime que cometer. Se não for capaz de viver em sociedade, ela pode, desde que por meio de um processo legal, concedendo-lhe todo o direito de defesa, tirar sua liberdade. Esse lado complexo da liberdade é mais difícil de ser entendido. Vivemos numa sociedade em que o consumismo chegou ao ponto de entender os próprios sentidos jurídicos – como direito, dever e liberdade – enquanto objetos de consumo. Então, é muito fácil uma pessoa dizer: “Faço isso porque quero, porque tenho”.

Uma vez encontrei um homem reclamando no aeroporto... Ele ia passar pela alfândega e dizia: “Acho que uma pessoa, com o dinheiro que ganhou, deveria poder comprar o que quisesse no exterior”. Argumentei: “Tem razão. Mas o senhor já pode comprar o que quiser! É só pagar o respectivo imposto”. Ele ficou chocado, pois na verdade o que ele queria não era apenas comprar, mas comprar sem pagar à sociedade os tributos correspondentes. Ora, a sociedade arrecada impostos de acordo com a atuação de cada cidadão. Se levarmos longe esse modo de pensar dele, e de muitos outros, ocorrerá a destruição completa da ideia de imposto, da ideia de voto, da ideia de construção de um espaço público.

Cortella – Muito pertinente sua reflexão. Mas permita-me voltar um pouco à noção de condomínio. As noções subjacentes a esse termo – dominar, *domus*, domar, domesticar – são todas apropriadas e válidas também no campo da política e da educação. Ao imaginarmos a vida em condomínio, já pressupomos que há regras, deveres. No campo do direito condominial, a propriedade de cada condômino é chamada “unidade autônoma”. Veja que, curiosamente, a legislação denomina cada apartamento de unidade autônoma, não de unidade soberana. Tem bastante sentido isso, pois a palavra soberano vem do latim *superanus*, *super* (*sobre*), *aquele que está acima de todos e não se subordina a ninguém*. Autonomia, por sua vez, a partir do vocábulo grego *autós* (por si mesmo) e *nómos* (o que me cabe por direito ou dever) indica limites oriundos da vida em meio a outras pessoas, também elas autônomas. Existe uma convivência, num condomínio, que exige participação em determinadas situações. Penso, Renato, que às vezes encontramos indivíduos que não vão às reuniões de condomínio, por exemplo, porque não gostam, porque são reuniões chatas, ou porque há gritaria. Ora, não ir é um ato político, pois também a omissão política, ou seja, a recusa em participar da vida pública em

qualquer instância, é uma decisão política. Vale tanto para um condomínio quanto para a inserção nos rumos da cidade, do estado, da nação e do planeta.

Janine – Às vezes, a participação ou a omissão afetam até mais diretamente nossas vidas.

Cortella – Sem dúvida. Há uma frase de que gosto muito e que, para mim, é a expressão da presença política: “Os ausentes nunca têm razão”. Embora pudessem estar com alguma razão, eles a perdem pelo fato de se ausentarem. Creio que a ausência é idêntica tanto no campo da política, como na vida pública ou em uma reunião de condomínio. Reuniões de condomínio geralmente são desagradáveis, conheço poucas pessoas que sentem prazer em participar delas (exceto por algum obsessivo, além do próprio síndico), mas elas são indispensáveis para o bem comum e, portanto, exigem a presença de todos os interessados. Aliás, aproveito para chamar a atenção para esta outra palavra, síndico, originária também do grego antigo – *diké*, que significa “justiça”. Portanto, o termo *síndico* (*syn+diké*) expressa a ideia de alguém que se junta a outro(s) para pedir justiça. Assim como *sindicato* significa aqueles que se juntam para defender interesses comuns, para fazer justiça, o síndico é o representante de um grupo que vai agir para conquistar a justiça. Será possível alguém imaginar que o indivíduo seja síndico de si mesmo?

Janine – De forma alguma. Mas vou concordar e discordar de você ao mesmo tempo. Concordo quando você conduz a questão política do abstrato para o mais cotidiano, o que é muito importante. Você não está falando de política só no contexto do Estado: quando elegemos o presidente, escolhemos a economia; quando elegemos o prefeito, focalizamos a cidade que queremos. Aliás, esta segunda escolha tem até um impacto mais direto sobre nossas vidas do que a do presidente. Mas, para além disso, você pensa no condomínio, na relação com as outras pessoas; podemos estender o raciocínio e incluir as relações familiares, as amizades. Tudo isso é político, concordo com você. Em contrapartida, discordo, quando noto uma exaustão disso tudo, um esgotamento. A questão é que muitas vezes estamos nos esgotando da democracia antes mesmo de completá-la.

Cortella – O que exatamente você quer dizer com “esgotamento”?

Janine – No sentido de cansaço: “Não quero, cansei”. Nota-se esse cansaço mundialmente. O que mais expressa tal cansaço em relação à grande política, à política dos partidos e do governo é a percepção da corrupção. Ou o desencanto, a perda de esperança. Não sei se vou ver o Brasil como um país justo. Quero viver ainda muitos anos, mas não sei se vou ver o Brasil como hoje é a Espanha, para dar um exemplo. E noto, na sociedade, um desânimo com a possibilidade de termos um Brasil honesto, correto. Durante muito tempo pensei: “Temos de injetar sangue novo, revigorar os ânimos, lutar para que as pessoas compareçam às reuniões de condomínio, para que elas participem”. Hoje, questiono esta crença. Eu me pergunto se não estamos diante de uma mudança de mundo. O que a democracia podia trazer, pelo menos para uma boa parte do mundo ocidental – ressaltando, sobretudo, o mundo islâmico que tem sérios problemas com a democracia, principalmente no que se refere à condição da mulher –, ela trouxe. Porém,

parece que chegamos a um ponto de saturação na política. Não a saturação no sentido de ter completado, de ter chegado à plenitude, de termos uma democracia completa. Ela não está completa. Mas parece que as pessoas se cansaram. E minha dúvida quanto a esse cansaço da política é se ele pode ser superado, se é possível começar uma nova vida e fazer com que a política volte a ser (ou se torne) divertida, animada, interessante – ou se ela encerrou realmente a sua, digamos, missão histórica.

A política como pulsão vital

Cortella – De fato, perturba muito hoje imaginar que o desencanto, em vários momentos um desalento, sugira menos um esgotamento das formas arcaicas e mais uma crise mais definitiva da própria dinâmica de fazer política, como você refletiu antes. Pensando na sociedade atual, pode-se observar que diversas formas de controle ganharam terreno. Naturalmente a convivência exige algum grau de constrangimento individual, ele é necessário para a vida em sociedade, mas há épocas em que isso se intensifica.

Janine – Isso se deve principalmente à mudança de cenário ocorrida no mundo em nossa história recente. Na década de 1980 assistimos a dois acontecimentos incríveis: o primeiro é que o continente americano quase inteiro tornouse democrático. Antes, nas Américas a democracia estava nos seus três países mais ao norte e poucos mais; mas nos últimos 30 anos a América Latina se livrou de quase todas as ditaduras. O segundo diz respeito à Europa. Até então, só uma parte da Europa era democrática; aí, subitamente, a Europa de Leste também se democratizou. Caíram as ditaduras de direita na América Latina, caíram as ditaduras ditas de esquerda da Europa Oriental, e passamos a ter ao menos três continentes amplamente democráticos, incluindo a Oceania, mais uma parte razoável da Ásia... A democracia não está mais concentrada no Atlântico Norte. Enfim, foi uma mudança radical.

Cortella – Radical, sem dúvida. E penso que vale ressaltar que, quando você menciona a ideia de certa exaustão da participação política pública, você tem em mente algo que vai além da ação política privada. Devemos lembrar que referir um passado ocorrido há 20 ou 30 anos pressupõe uma geração vivendo uma realidade bem diferente. Os jovens das últimas décadas nunca tiveram um “horizonte adversário”. E, por não terem um horizonte adversário, faltou-lhes aquilo que podemos chamar de *utopia*, no sentido em que **Eduardo Galeano** utiliza a ideia, quando define: “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”. Nós tínhamos um horizonte adversário.

Renato – O horizonte, para você, é uma meta ou um impedimento (ou as duas coisas)? Porque ele pode ser uma coisa ou outra. Em Galeano, parece que é meta, mas você fala em horizonte *adversário*.

Cortella – Horizonte é mesmo meta, aquilo que miro. Quando quero alcançar algo, preciso lutar para isso, em vez de ficar aguardando. É meu adversário quase na expressão grega de *agonía* (luta ou aflição), na qual preciso ser protagonista e ter um antagonista. Não é casual que haja uma presença política no mundo islâmico: quem é o horizonte adversário da juventude que participa, que vai para a rua? O Ocidente infiel, capitalista, o modo ocidental. Ou seja, é uma juventude que tem um impulso. É impossível pensar a Palestina sem pensar a política do menino de dez anos que joga pedra no soldado israelense.

Essa lógica foi retirada da maioria de nós, também no sentido positivo da expressão, porque conquistamos uma situação social de maior equilíbrio entre as forças. Ao perdemos essa perspectiva do adversário, daquele que desperta nosso instinto de defesa, deixa de haver aquilo que, em psicanálise, é conhecido como *erotização da política*. A gente repetia, brincando com os escritos do psicanalista **Roberto Freire**, que “sem tesão não há solução nem revolução”. Vários autores dessa época entendiam a política como uma *pulsão vital*, para usar o termo freudiano. Ou seja, nós nos mantivemos vivos nos últimos 200 anos por uma pulsão vital. Se no século XVIII europeu essa pulsão foi a discussão sobre a liberdade de pensamento, com o surgimento da figura do livre pensador, no século XIX, foi a aventura: por exemplo, chegar à cabeceira do Nilo. O comandante **FitzRoy** tinha 24 anos quando comandou o Beagle, e **Charles Darwin**, 20 anos. Os exploradores que chegaram ao Polo Sul e ao Polo Norte – locais que eram seu horizonte adversário – trabalhavam em uma sociedade que estava consolidando um movimento com outra perspectiva. E, para citar um exemplo pessoal, você, Renato, e eu, como outros que têm mais de anos de idade hoje, vivemos uma pulsão vital que era a política. Ela levava a namoros, convivências, casamentos, parcerias, ou mesmo a adesões estéticas. Pensemos em **Jean- Paul Sartre** na França, há quase 40 anos, na frente de uma passeata, de braços dados... Tudo isso tinha então um sentido diferente, tratava-se do engajamento da filosofia. Embora não fosse todo o conjunto da sociedade, ali estava presente uma coisa que irradiava vida, a própria pulsão vital. Acho que você, Renato, está absolutamente certo: o alcance do horizonte tirou a procura.

Janine – Nós nos aproximamos muito do horizonte... Tivemos um inimigo, que era a ditadura. Se quisermos manter a imagem da utopia no horizonte, ou seja, do caminhar *numa direção*, por outro lado também caminhávamos para *sair* de determinada situação. Hoje, uma pessoa com menos de 40 anos não tem noção do que foi a ditadura. Atualmente, a expectativa de vida no Brasil é de 74 anos; há um século, era pouco superior a 30 anos. Deixamos de viver sob a ditadura há 25 anos e nos últimos anos desse regime já havíamos conquistado boa dose de liberdade de expressão. Esse prazo de tempo é quase a esperança de vida de uma pessoa há somente um século... Para nós, que temos mais idade, essas duas ou três décadas passaram rápido. Mas o que me choca é ver, às vezes, o descaso de alguns alunos jovens pela democracia: como quem tinha menos de 15 anos não sentia o peso da repressão, e esta foi se reduzindo gradualmente desde 1973, então há pessoas – inclusive maduras – no Brasil que não têm idéia do que foi o regime liberticida e, por isso, algumas delas não têm noção de quanto custou a liberdade, de quão preciosa ela é.

Cortella – Como se ela fosse uma obviedade.

Janine – Exato. O grave é que já ouvi dizer: “Seria melhor ter uma ditadura franca e explícita do que essa democracia hipócrita”. É gente que nunca viveu numa ditadura. A democracia tem vantagens que podem passar despercebidas. Vou contar uma pequena história pessoal: de 1972 a 1975, morei na França, como bolsista. Voltei ao final desse período para dar aula aqui no Brasil. Nos primeiros

tempos após o meu retorno, uma operação policial freqüente era a revista de carros nas ruas. O indivíduo de repente topava com uma fila de carros que iam sendo parados e revistados, em busca de material dito subversivo. Isso era algo normal, a que eu já estava acostumado. Um dia me dei conta de que fazia quase um ano que aquilo não acontecia. Não percebi no primeiro dia, na primeira semana, no primeiro mês. Mas houve um dia em que me surpreendi ao notar que fazia um ano que eu não via nada parecido. O que depreendo disso? Penso que a liberdade é algo natural para o ser humano. Há quem não esteja de acordo com essa afirmação, alegando que se trataria, na verdade, de uma questão cultural, mas continuo acreditando que sentimos a liberdade como natural – tanto é assim que não a percebemos quando está presente, mas logo nos damos conta de sua ausência. Isso acontece em vários campos: muitas vezes não notamos o que temos de positivo, mas reagimos prontamente quando o perdemos. É como acontece com a saúde: podemos não perceber que estamos saudáveis, claro que com a exceção de quem faz exercícios, frequenta academia. Mas sentimos a doença com muito peso quando ela nos acomete. Isso faz parte também, Mario, da minha dúvida quanto à nossa utopia de horizonte, se não se terá realizado, em maior ou menor medida, a tal utopia, o tal horizonte, pelo menos no continente ao qual temos a sorte de pertencer. É possível que se apresente uma bifurcação: de um lado, estaria sua proposta (“Vamos investir mais, vamos continuar nessa trilha, vamos seguir adiante”), talvez impossível de se completar; de outro, aparece a questão: Não estaria o mundo tomando outro rumo, outra direção?

Cortella – Aqui novamente tomo por referência o mundo islâmico da atualidade. Sem pretender fazer apologia do fundamentalismo, que seria algo estranho ao meu pensamento, nem desconhecer a ditadura em vários desses países, volto à ideia de pulsão vital, isto é, da política de participação nas ruas, no trabalho etc. – aquilo que, na década de 1970, **Nelson Rodrigues** chamou de “padre de passeata”. Hoje poderíamos dizer que são os aiatolás que saem em passeata. Em outras palavras, quando essas populações se sentem ofendidas ou consideram que houve desrespeito à figura de Maomé, por exemplo, como no caso das caricaturas publicadas eventualmente em jornais e revistas do Ocidente, insurge-se um movimento de rua. Sem intenção alguma de dar valor à finalidade em si do movimento, reconheço que existe ali algo que vibra. Tal vibração está, em grande parte, em acreditar em algo. Acho ótima a expressão que você usou: exaustão.

Exaustão de participação, exaustão do público, até mesmo certo cansaço, como em **Fernando Pessoa**: “Estou cansado, é claro...”, ou ainda, como em **Álvaro de Campos**: “Na véspera de não partir nunca, ao menos não há que arrumar malas”. Contudo, você dizia que houve um momento de sua história pessoal em que não o revistaram mais, não havia mais a opressão. Assim como já fazia alguns anos não havia mais a opressão do pai e da mãe em relação à temática da sexualidade em casa etc. É claro que não estou supondo que a opressão seja positiva, mas eu gostaria que pensássemos um pouco se a opressão é combustível.

Janine – Uma coisa que me impressionou foi o enterro de **Zhou Enlai** na China, em 1976, quando muitos chineses manifestaram na rua pela democracia. Como até então eu pensava que os valores deste lado do mundo eram ocidentais

e eurocêntricos, foi surpreendente ler nos jornais que os chineses queriam democracia, da mesma forma que hoje os iranianos também lutam por democracia. Comecei a refletir que talvez, para um soviético, a calça *jeans* não tivesse o mesmo significado que lhe atribuíam os ocidentais. Quando um soviético se entusiasmava com uma calça *jeans*, talvez ela *realmente* significasse liberdade. Uma propaganda brasileira, em plena ditadura, dizia que “liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”. Lá, efetivamente, a calça *jeans* era um emblema, entre muitos outros, de um mundo ao qual eles não tinham acesso. Talvez eles não fizessem distinção entre determinados objetos de consumo e a liberdade de expressão, mas o significado poderoso do consumo, que não pode ser amesquinhado (e que às vezes o é por aqueles que defendem ditaduras, como a cubana e outras), é que o desejo por bens de consumo pode expressar uma demanda justa por liberdade, pode desempenhar o papel de um dos conteúdos possíveis da liberdade. Em outras palavras, acredito que o anseio por liberdade é natural ao homem ou a muitos homens, mesmo que o conteúdo desse anseio possa ser diferente conforme as culturas, valores e desejos. Qual será o combustível para isso? Se o indivíduo se sente mais animado para lutar pela liberdade quando vive sob a opressão, enfrentando dificuldades para realizar o que quer, do que quando está à vontade, do que quando encontra as coisas já prontas, é algo a ser pensado. Enfim, quando o jovem ou a jovem não tem de enfrentar o pai para transar com a namorada ou o namorado, quando o indivíduo não tem de enfrentar a Igreja para se expressar livremente, é possível...

Cortella – Acho que é aí que está o gancho! Quando você dizia que havia uma bifurcação, para mim, o gancho do novo que se pode construir na educação, na política, na atividade de convivência se concretiza justamente em conseguir fazer da política uma pulsão sem a necessidade da opressão, isto é, sem que precise haver um adversário.

Janine – Entendo. Sem que seja algo reativo, um ato de defesa. Quer dizer, saímos da legítima defesa e entramos na proposta de uma coisa nova.